

FORMAÇÃO DE ECOCIDADÃOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E JUSTIÇA CLIMÁTICA

FORMATION OF ECO-CITIZENS: ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A STRATEGY FOR RESISTANCE AND CLIMATE JUSTICE

Thelma Ribeiro de Moura

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil

Míria Rosa da Silva Oliveira

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil

Darmey Lúcia Pereira

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil

Nívia Helena de Melo Lopes

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/j59f5d78>

Publicado em: 30.11.2025

RESUMO: O presente artigo discute a formação de ecocidadãos a partir da educação ambiental crítica, entendendo-a como uma estratégia de resistência e de promoção da justiça climática e social. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, o estudo analisa como a escola pode se consolidar como espaço de conscientização, engajamento e transformação, articulando saberes científicos, culturais e éticos em prol da sustentabilidade da vida. A educação ambiental é compreendida como processo contínuo de emancipação e reconstrução cultural, que busca integrar o cuidado, a solidariedade e a corresponsabilidade nas práticas pedagógicas. Nesse sentido, o artigo destaca a importância da pedagogia do cuidado e da interdisciplinaridade como caminhos para o fortalecimento da cidadania planetária, uma vez que ambas favorecem a formação de sujeitos críticos, sensíveis e comprometidos com o futuro comum. As práticas educativas baseadas na cooperação, na empatia e na ação coletiva permitem que o conhecimento ultrapasse os limites do currículo e se converta em instrumento de transformação social. Conclui-se que educar para o cuidado é educar para a vida, para o diálogo e para a coexistência entre seres humanos e natureza. A escola, ao assumir seu papel político e ético, torna-se território de esperança e resistência, capaz de inspirar novas formas de agir e de conviver.

Palavras-chave: Educação ambiental. Ecocidadãos. Cuidado. Interdisciplinaridade. Justiça climática.

Abstract: This article discusses the formation of eco-citizens through critical environmental education, understanding it as a strategy of resistance and a means to promote climate and social justice. Based on bibliographical research, the study analyzes how schools can be consolidated as spaces of awareness, engagement, and

transformation by articulating scientific, cultural, and ethical knowledge in favor of the sustainability of life. Environmental education is understood as a continuous process of emancipation and cultural reconstruction that seeks to integrate care, solidarity, and shared responsibility into pedagogical practices. In this sense, the article highlights the importance of the pedagogy of care and interdisciplinarity as pathways to strengthening planetary citizenship, as both foster the formation of critical, sensitive, and socially engaged individuals committed to a common future. Educational practices grounded in cooperation, empathy, and collective action allow knowledge to transcend curricular boundaries and become an instrument of social transformation. It is concluded that educating for care means educating for life, for dialogue, and for coexistence between human beings and nature. By assuming its political and ethical role, the school becomes a territory of hope and resistance, capable of inspiring new ways of acting and living together.

Keywords: Environmental education. Eco-citizens. Care. Interdisciplinarity. Climate justice.

Introdução

A crise ambiental que caracteriza o século XXI impõe à humanidade o desafio de repensar suas formas de existir e de se relacionar com o planeta. As consequências do modelo de desenvolvimento baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais e na lógica do consumo desenfreado tornaram-se visíveis em escala global, manifestando-se por meio das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade e do agravamento das desigualdades sociais. Diante desse cenário, a educação assume papel decisivo na formação de cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade sustentável, solidária e ambientalmente responsável. Educar para o cuidado e para a justiça climática significa reconhecer que o conhecimento, quando orientado por valores éticos e coletivos, pode transformar realidades e inspirar novas práticas sociais.

A formação de ecocidadãos emerge, nesse contexto, como uma proposta educativa que ultrapassa os limites da instrução formal e se fundamenta na construção de uma consciência planetária. Trata-se de uma concepção de educação voltada para a compreensão da interdependência entre seres humanos, sociedade e natureza, capaz de promover o respeito à vida em todas as suas formas. A escola, ao adotar uma abordagem interdisciplinar e participativa, torna-se espaço de transformação social, onde o aprendizado se articula à experiência e à responsabilidade compartilhada. A cidadania planetária, nesse sentido, não se restringe à aquisição de conhecimentos ambientais, mas envolve a internalização de valores como solidariedade, cooperação e corresponsabilidade ética diante dos desafios globais.

A educação ambiental crítica e emancipatória constitui-se como eixo central desse processo formativo. Ao contrário de uma visão meramente informativa ou comportamental, ela propõe uma reflexão sobre as causas estruturais da degradação ambiental e suas implicações sociais. Por meio da interdisciplinaridade, a escola passa a articular os saberes científicos, culturais e populares, promovendo o diálogo entre o conhecimento acadêmico e as experiências

comunitárias. Essa perspectiva amplia o papel do ensino, transformando-o em um instrumento de conscientização e mobilização social. Assim, o espaço escolar se converte em território de resistência e esperança, no qual se aprende a agir coletivamente em defesa da vida e da justiça ambiental.

A pedagogia do cuidado, entendida como fundamento ético e político da educação ambiental, reforça a necessidade de uma prática pedagógica pautada na sensibilidade, na escuta e na solidariedade. O ato de cuidar, quando inserido no processo educativo, extrapola o âmbito individual e assume dimensão social e planetária. A escola, ao valorizar o cuidado como princípio formativo, estimula o reconhecimento do outro e do meio ambiente como partes inseparáveis de uma mesma totalidade. Essa compreensão contribui para a superação da lógica da indiferença e do individualismo, favorecendo a construção de relações mais justas e equilibradas entre as pessoas e o mundo natural.

Além disso, educar para o cuidado significa promover o protagonismo estudantil e a participação democrática nas decisões que envolvem o ambiente escolar e comunitário. Projetos coletivos, hortas pedagógicas, campanhas de reciclagem e ações de economia solidária tornam-se experiências concretas de aprendizagem, nas quais o estudante vivencia a cooperação, o diálogo e a corresponsabilidade. A interdisciplinaridade, nesse processo, revela-se uma estratégia essencial para conectar o saber científico à realidade vivida, ampliando a capacidade de análise crítica e de intervenção social. O aprendizado deixa de ser apenas um exercício intelectual e passa a representar um compromisso ético com a preservação da vida e com a construção de um futuro sustentável.

Por fim, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da educação ambiental como estratégia de resistência e de justiça climática, enfatizando o papel da escola na formação de ecocidadãos conscientes e atuantes. Pretende-se discutir de que maneira as práticas interdisciplinares e a pedagogia do cuidado podem contribuir para a consolidação de uma cultura de sustentabilidade e solidariedade. Fundamentado em abordagem bibliográfica, o estudo apoia-se em autores como Jacobi (2003), Layrargues (2000), Feitoza (2021), Andrade et al. (2023), França e Oliveira (2023) e Prates (2024), que discutem o papel da educação na promoção da cidadania planetária. A reflexão proposta busca reafirmar a educação como caminho de emancipação e como força política capaz de reencantar o mundo, tornando o ato de aprender também um gesto de cuidado e de esperança ativa frente às crises do presente.

A escola como território de conscientização e ação coletiva

A escola contemporânea é compreendida como um espaço essencial de formação humana, no qual o conhecimento adquire sentido social e ético ao ser articulado às demandas da coletividade. Longe de limitar-se à transmissão de conteúdos, ela deve configurar-se como um território de conscientização e de prática cidadã, onde se aprende a pensar e agir em favor da vida. Como aponta Ferreira (2023), “educar é criar condições para que o sujeito perceba

sua inserção no mundo e se reconheça como agente de transformação social”. A formação crítica e participativa requer, portanto, um ambiente educativo capaz de promover a autonomia intelectual e o engajamento ético dos estudantes diante das problemáticas contemporâneas.

O desafio de consolidar a escola como território de ação coletiva implica reconfigurar sua função social, reconhecendo-a como espaço de resistência às desigualdades e de promoção de justiça climática. Conforme relatado por Araújo et al. (2024, p. 47):

A escola é um campo de mediação cultural onde se constroem valores e se redefinem práticas sociais voltadas ao bem comum”. Assim, a educação ambiental e cidadã, ao serem integradas ao cotidiano escolar, tornam-se instrumentos de reflexão e mobilização.

A aprendizagem, nesse contexto, não se restringe ao domínio conceitual, mas amplia-se para a experiência coletiva, na qual o diálogo e a cooperação são pilares de uma formação humanizadora.

A consciência ecológica e social nasce da articulação entre o conhecimento e o compromisso ético. Quando a aprendizagem é vivenciada de forma crítica e participativa, o estudante reconhece seu papel na preservação do ambiente e na transformação da realidade. A educação ambiental, ao unir teoria e prática, amplia o sentimento de pertencimento à comunidade escolar e estimula atitudes de cooperação e solidariedade. Nesse contexto, a escola se configura como um espaço de convivência democrática, no qual o diálogo e o respeito à diversidade sustentam a formação cidadã e o engajamento coletivo em favor da vida.

A educação para a sustentabilidade deve integrar conhecimentos científicos, culturais e comunitários, formando sujeitos críticos e participativos. A aprendizagem adquire sentido quando conecta a teoria à ação e estimula o engajamento ético com o mundo. Gomes et al. (2016) apontam que a cidadania planetária se consolida quando o estudante reconhece sua inserção nos processos sociais e ambientais que o cercam. Projetos como hortas, mutirões ecológicos e feiras de reaproveitamento fortalecem o diálogo, a cooperação e o senso de coletividade no espaço escolar.

De acordo com o exposto por Fracha (2024, p. 41):

A escola precisa enraizar sua prática educativa no território em que se insere, reconhecendo os saberes locais como parte de uma ecopedagogia solidária”. Essa perspectiva reforça a necessidade de que o processo educativo esteja vinculado à realidade social e ambiental da comunidade, de modo a articular o local e o global na construção de soluções sustentáveis.

O engajamento comunitário, quando estimulado pela escola, permite que o aprendizado ultrapasse os muros institucionais e se converta em compromisso social. Assim, o espaço escolar deixa de ser um ambiente isolado e torna-se centro de irradiação de práticas transformadoras, promovendo a integração entre educação, cidadania e sustentabilidade.

A educação deve ser compreendida como um processo contínuo de emancipação, no qual o conhecimento se constrói na partilha e na corresponsabilidade. Oliveira et al. (2025) afirmam que “a escola do futuro é aquela que ensina a cuidar, compreender e agir em conjunto,

promovendo o aprendizado como prática de solidariedade e compromisso.” Conforme analisa Prates (2024), “a cooperação e a troca de experiências fortalecem o tecido social e reafirmam o caráter político da educação”. A conscientização ambiental e a ação coletiva, quando vivenciadas no cotidiano escolar, formam sujeitos críticos, empáticos e comprometidos com a justiça climática e social.

A escola como território de conscientização e ação coletiva representa um ideal pedagógico que articula reflexão e prática, ciência e solidariedade, conhecimento e humanidade. Ao incentivar a participação ativa dos estudantes e o diálogo entre diferentes saberes, consolida-se como espaço público de formação cidadã e de resistência ética diante dos desafios contemporâneos. A educação, quando orientada por valores de cuidado e cooperação, torna-se instrumento de transformação e esperança. Nesse horizonte, o projeto educativo ultrapassa os limites institucionais e converte-se em movimento cultural e político voltado à construção de um futuro mais justo, solidário e sustentável.

Saberes interdisciplinares e práticas de sustentabilidade na construção da cidadania planetária

A construção da cidadania planetária exige repensar as concepções de conhecimento e de educação que sustentam as práticas escolares. O modelo fragmentado, que separa ciência, ética e cultura, mostra-se insuficiente diante dos desafios ambientais e sociais da atualidade. Nesse cenário, os saberes interdisciplinares surgem como caminho para integrar diferentes áreas do saber em torno de um objetivo comum: compreender e transformar as relações entre humanidade e natureza. A educação interdisciplinar, ao articular reflexão e ação, consolida-se como instrumento essencial para a sustentabilidade e o fortalecimento do bem comum.

A cidadania planetária pressupõe uma consciência ampliada, na qual o indivíduo reconhece sua inserção em um sistema de interdependências que conecta o local ao global. Conforme aponta França e Oliveira (2023, p. 56):

Educar para a sustentabilidade é promover o entendimento de que as ações humanas repercutem no equilíbrio do planeta e exigem corresponsabilidade ética. A integração dos saberes permite que os estudantes compreendam a complexidade dos fenômenos ambientais e sociais, rompendo com a lógica reducionista que ainda domina muitas práticas escolares.

Ao promover o diálogo entre disciplinas, a escola se transforma em um espaço de aprendizagem crítica e colaborativa, capaz de despertar o senso de pertencimento e o compromisso com o futuro comum.

A interdisciplinaridade aproxima o processo educativo da vida real, favorecendo o protagonismo dos estudantes e a construção de saberes contextualizados. O ensino torna-se mais significativo quando integra teoria e prática, permitindo compreender a complexidade das relações entre sociedade e natureza. Nascimento e Lobino (2022) afirmam que o trabalho interdisciplinar cria condições para que o aprendizado se desenvolva como investigação compartilhada e criação

coletiva. Assim, o conhecimento deixa de ser mera acumulação de informações e transforma-se em instrumento de intervenção crítica e solidária, comprometido com a transformação da realidade.

A sustentabilidade educativa deve nascer de práticas concretas e vivenciadas no cotidiano escolar, capazes de unir teoria e ação de forma significativa. Projetos integradores, hortas comunitárias, feiras ecológicas e campanhas de consumo consciente transformam o aprendizado em experiência real e participativa. Essas ações permitem que os estudantes relacionem o conhecimento à vida, desenvolvendo pensamento crítico, empatia e responsabilidade coletiva. A aprendizagem colaborativa fortalece os vínculos afetivos e éticos com o meio, consolidando valores fundamentais para a construção da cidadania planetária.

Como destaca Silva (2019, p. 83):

A educação ambiental crítica se afirma quando o conhecimento é mediado pela experiência e pela sensibilidade social”. O aprendizado se consolida, portanto, na interação entre os sujeitos e o meio em que vivem, tornando-se processo dialógico e emancipatório. A interdisciplinaridade, nesse sentido, não se reduz a uma junção de conteúdos, mas constitui um modo de compreender o mundo a partir da integração de diferentes perspectivas.

O estudante aprende a observar a realidade em sua totalidade, percebendo que o desenvolvimento sustentável depende de atitudes cooperativas, do respeito à diversidade e da valorização dos saberes locais e tradicionais.

A sustentabilidade deve ser compreendida como um projeto civilizatório que exige novas formas de pensar, sentir e agir. França e Oliveira (2023) ressaltam que “a escola assume papel central nesse processo ao mediar o diálogo entre conhecimento científico e práticas sociais”. De acordo com Feitoza (2021), “a educação ambiental torna-se efetiva quando desperta a consciência ética e solidária, integrando razão e sensibilidade na formação cidadã”. A interdisciplinaridade, ao articular saberes e valores, amplia a capacidade de ação dos sujeitos diante das crises contemporâneas e transforma o aprendizado em ato de resistência, cuidado e esperança.

A formação de cidadãos planetários ultrapassa a simples aquisição de conteúdos e envolve a construção de uma consciência ética e global. A educação precisa estimular a compreensão das conexões entre os seres e o ambiente, promovendo responsabilidade e empatia. Prates (2024) ressalta que educar para a sustentabilidade significa cultivar o pensamento complexo e reconhecer a interdependência que sustenta a vida no planeta. Quando a escola adota uma pedagogia interdisciplinar e participativa, o aprendizado torna-se espaço de engajamento e transformação, permitindo que o estudante atue criticamente em favor da justiça ambiental.

A educação ambiental deve ser entendida como um processo contínuo de emancipação e de renovação cultural. Quando a interdisciplinaridade e as práticas de sustentabilidade são incorporadas de forma concreta à cultura escolar, o aprendizado ultrapassa os limites do currículo e se transforma em experiência de vida. Formar cidadãos planetários implica educar para o cuidado, a solidariedade e a responsabilidade coletiva diante do futuro comum. Nesse sentido,

a escola, ao integrar saberes e valores, consolida-se como espaço de esperança e ação, onde o conhecimento inspira transformação e fortalece o compromisso com a vida em todas as suas dimensões.

Educar para o cuidado: caminhos pedagógicos para a justiça climática e social

Educar para o cuidado é compreender a educação como uma prática ética, solidária e transformadora, capaz de formar pessoas comprometidas com a vida em todas as suas dimensões. A crise ambiental e social que caracteriza o século XXI revela os limites de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração e na desigualdade, que fragiliza os vínculos comunitários e o equilíbrio ecológico. Nesse cenário, o ato de educar assume um sentido político e humano, orientado para reconstruir o sentimento de pertencimento e reconhecer a interdependência entre seres humanos e natureza. Assim, a educação se afirma como caminho para o cuidado, a justiça e a solidariedade.

A educação para o cuidado não se reduz a uma dimensão afetiva, mas configura um princípio orientador das práticas pedagógicas e das políticas públicas. Conforme observado por Dias e Bonotto (2012, p. 148):

As ações educativas voltadas à sustentabilidade devem integrar o conhecimento científico às experiências cotidianas, favorecendo a consciência crítica e a autonomia moral. Educar para cuidar é promover a articulação entre saber e sensibilidade, entre teoria e ação, de modo que o aprendizado se torne uma experiência de transformação pessoal e coletiva. O cuidado, nesse sentido, é compreendido como valor civilizatório e fundamento ético para a construção da justiça climática e social.

A pedagogia do cuidado propõe que o conhecimento seja vivido em sua dimensão ética e comunitária, unindo reflexão e ação em favor da vida. O processo educativo deve estimular a autonomia e o engajamento dos estudantes, valorizando a pesquisa e a experimentação como caminhos para o aprendizado significativo. Thiemann et al. (2018) ressaltam que as práticas pedagógicas que envolvem o protagonismo discente contribuem para o desenvolvimento da responsabilidade ambiental e social. Projetos baseados em sustentabilidade, economia solidária e cooperação fortalecem o vínculo entre educação e cidadania, promovendo emancipação e transformação coletiva.

O despertar da consciência cidadã requer práticas pedagógicas participativas que permitam ao estudante reconhecer-se como agente de transformação. Educar para o cuidado significa valorizar o diálogo, a escuta e a colaboração, compreendendo o outro como parte fundamental na construção do conhecimento. Quando a escola adota metodologias interativas e inclusivas, consolida-se como um espaço de convivência democrática, em que a solidariedade é cultivada no cotidiano. A aprendizagem torna-se um ato de responsabilidade, e o ensino, um instrumento de resistência diante das injustiças sociais e ambientais.

A educação voltada ao cuidado se materializa em ações concretas que unem teoria e prática, promovendo a participação ativa dos estudantes na construção de uma consciência ambiental crítica. Layrargues (2000, p. 33) destaca que “a resolução de problemas ambientais locais constitui uma prática política que desperta o senso de pertencimento e cooperação”. Conforme observa Jacobi (2003), a escola, ao envolver a comunidade em projetos de impacto real, transforma o aprendizado em compromisso social e ético. Dessa forma, o estudante deixa de ser mero espectador e torna-se agente de mudança, compreendendo que cuidar do ambiente é também cuidar da vida e das relações coletivas.

A pedagogia do cuidado propõe uma educação baseada na participação e na responsabilidade compartilhada, articulando saberes científicos e populares em favor da vida. O diálogo e a cooperação tornam-se caminhos para fortalecer a empatia e o compromisso com o bem comum. Como considera Jacobi (2003, p. 201), “a sustentabilidade não se constrói por imposição, mas por participação e compromisso coletivo”. Nessa perspectiva, a escola assume o papel de mediadora de experiências que cultivam solidariedade e respeito à diversidade, transformando a aprendizagem em um processo de reconstrução humana orientado por valores éticos e coletivos.

A pedagogia do cuidado fundamenta-se em práticas colaborativas, interdisciplinares e participativas que buscam romper com modelos hierárquicos e tecnicistas de ensino. A aprendizagem torna-se significativa quando o conhecimento é vivenciado de forma concreta e transformadora, permitindo ao estudante participar ativamente da construção do saber. Andrade et al. (2023) destacam que a experiência educativa ganha sentido quando se relaciona à realidade e promove engajamento social e ético. Educar para o cuidado é, portanto, desenvolver o pensamento crítico aliado à sensibilidade humana, reconhecendo o educador e a escola como agentes de transformação e esperança coletiva.

A educação ambiental crítica deve ser compreendida como um movimento cultural permanente, capaz de integrar valores, atitudes e conhecimentos voltados à preservação da vida. Educar para o cuidado significa formar para a convivência, o diálogo e a solidariedade entre seres humanos e natureza. A justiça climática e social depende de uma educação orientada por princípios éticos e pela responsabilidade com o futuro coletivo. Nesse sentido, a escola ultrapassa o papel de mera transmissora de saberes e se consolida como território de resistência, onde o conhecimento se torna gesto de cuidado e a aprendizagem, prática de esperança transformadora.

Considerações finais

A formação de ecocidadãos representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais promissoras possibilidades da educação contemporânea. A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a escola é um espaço estratégico de transformação cultural e política, onde o conhecimento, ao ser humanizado e articulado ao compromisso ético, pode inspirar novas formas de coexistência entre seres humanos e natureza. Educar para a sustentabilidade é,

antes de tudo, um ato de resistência frente a um sistema que naturaliza o consumo excessivo, a desigualdade e a degradação ambiental. A educação ambiental crítica, quando vivenciada de maneira interdisciplinar e participativa, torna-se um instrumento de emancipação e de reconstrução da esperança.

Os resultados teóricos apontam que o papel da escola ultrapassa o campo da instrução e alcança o da formação integral do sujeito. A instituição educativa, ao promover o diálogo entre saberes científicos, culturais e populares, resgata a dimensão coletiva do aprendizado e reafirma a importância da corresponsabilidade na construção de um futuro comum. O processo educativo, nesse sentido, deve favorecer o engajamento ativo dos estudantes em práticas sociais que vinculem o local ao global, estimulando a compreensão da interdependência entre todos os seres vivos. Essa consciência ecológica e solidária constitui o fundamento da cidadania planetária e da justiça climática.

A interdisciplinaridade, compreendida como método e filosofia educativa, mostrou-se elemento central na efetivação de uma pedagogia comprometida com a sustentabilidade. Ela rompe com a fragmentação do saber e amplia o horizonte da aprendizagem, permitindo que os conteúdos escolares ganhem sentido social e ético. Projetos interdisciplinares, como hortas pedagógicas, feiras de reciclagem, campanhas de consumo responsável e ações comunitárias, foram apontados como práticas capazes de aproximar teoria e prática, conhecimento e vida. A vivência coletiva, por sua vez, fortalece o sentimento de pertencimento e a empatia, promovendo o desenvolvimento de valores como solidariedade, respeito e cuidado.

A pedagogia do cuidado, destacada neste estudo como caminho de resistência e transformação, reafirma a educação como espaço de partilha, diálogo e cooperação. O cuidado, entendido como princípio civilizatório, transcende a dimensão afetiva e se converte em postura política, orientando decisões, relações e políticas públicas. Educar para o cuidado é cultivar uma ética da responsabilidade e da esperança, na qual o aprendizado é também um gesto de compromisso com o outro e com o planeta. A escola, ao incorporar esse princípio, torna-se mediadora de experiências que unem razão e sensibilidade, preparando cidadãos capazes de agir com consciência e solidariedade.

O fortalecimento da justiça climática e social passa, inevitavelmente, pela construção de uma educação ambiental crítica, que não se limite à transmissão de informações, mas promova a reflexão e a ação coletiva. O educador, nesse contexto, assume o papel de articulador de saberes e de incentivador do protagonismo discente, favorecendo uma aprendizagem que emerge da experiência e da cooperação. A formação de ecocidadãos depende da criação de ambientes escolares democráticos, onde o diálogo e a diversidade sejam compreendidos como valores estruturantes. Assim, a escola se converte em espaço de esperança ativa, no qual o conhecimento é instrumento de transformação social.

Por fim, reafirma-se que a educação ambiental, quando concebida como um processo contínuo e emancipatório, constitui-se em um projeto civilizatório voltado à sustentabilidade

da vida. O desafio contemporâneo é transformar o ideal de cidadania planetária em prática cotidiana, de modo que o respeito ao ambiente, à diversidade e à justiça social orientem as decisões individuais e coletivas. A escola, ao integrar saberes, valores e práticas sustentáveis, reafirma sua função de agente de mudança e guardiã da esperança. Educar, nesse horizonte, é semear o cuidado, cultivar a consciência e colher a transformação — um compromisso ético com o presente e com o futuro comum da humanidade.

Referências

ANDRADE, Francisco M. R. de; SILVA, Tatiane S.; COSTA, Lúcia M. **Educação Ambiental na Amazônia Brasileira: atividades pedagógicas e conscientização cidadã.** *Revista Environmental Education and Awareness*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 56-70, 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10013270/>. Acesso em: 15 out. 2025.

ARAÚJO, J. M.; SOARES, L. N.; FERREIRA, E.; DOMINGOS, M. A. C. **Educação como agente de transformação social: desafios e possibilidades.** *Revista The Missioneira*, 30 jun. 2024. Disponível em: <https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/download/67/56/197>. Acesso em: 5 ago. 2025.

DIAS, Glaucia de Medeiros; BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. **As dimensões local e global nos entendimentos e práticas de professores participantes de um curso de formação continuada em Educação Ambiental.** *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vigo, v. 11, n. 1, p. 145-163, 2012. Disponível em: https://reec.uvigo.es/volumenes/volumen11/REEC_11_1_8_ex554.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

FEITOZA, M. A. **Consumo consciente e educação básica: estratégias para promover a sustentabilidade.** 2020. Disponível em: https://facerescientia.com.br/wp-content/uploads/2024/11/CONSUMO-CONSCIENTE-E-EDUCACAO-BASICA_-ESTRATEGIAS-PARA-PROMOVER-A-SUSTENTABILIDADE.docx.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERREIRA, P. F. A. **O despertar da consciência cidadã planetária a partir da educação ambiental.** *Revista SCIAS – Direitos Humanos e Educação*, v. 6, n. 2, p. 262-277, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseducacao/article/download/7979/4997>. Acesso em: 14 mai. 2025.

FRACHA, Y. Y. **Contribuição do planejamento dialógico na construção de escolas públicas democráticas rumo à cidadania planetária.** *Revista Brasileira de Educação e Psicopedagogia (RBEPed)*, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/88Y3TKMRnYdYMh7mMHSpH7Q/?lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FRANÇA, J. P.; OLIVEIRA, M. A. Nobre de. **Educação Ambiental e sustentabilidade escolar no “Projeto Cidadania e Sustentabilidade na Escola”.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/18626/13076>. Acesso em: 3 mar. 2025.

GOMES, A. C. F.; SAMPAIO, B. S.; SOUSA, N. L. B. **Cidadania Planetária: um estudo de caso no sistema de educação das escolas profissionais do Estado do Ceará.** Disponível em:

https://www.uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-3482-30032016-165202.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

JACOBI, Paulo. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. *Ciência & Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 189-205, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt>. Acesso em: 15 out. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Resolução de problemas ambientais locais na Educação Ambiental: um estudo de caso brasileiro**. *Revista Environmental Education Research*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 167-178, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248965348_Solving_Local_Environmental_Problems_in_Environmental_Education_A_Brazilian_case_study. Acesso em: 15 out. 2025.

NASCIMENTO, F. N.; LOBINO, M. G. F. **Consumo, sustentabilidade e educação ambiental: análise de uma proposta de ensino**. *Revista Sala de Aula*, v. 13, n. 3, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/saladeaula/article/view/2742>. Acesso em: 26 abr. 2025.

OLIVEIRA, J. A. et al. **Educação Ambiental e as potencialidades da cidadania planetária: enfoques teórico-práticos na contemporaneidade**. *Revista Educação Contemporânea (REC)*, v. 2, n. 2, 2025. Disponível em: <https://editoraverde.org/portal/revistas/index.php/reca/article/view/526>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PRATES, A. de O. **Práticas educativas para um desenvolvimento sustentável**. *Journal Desenvolvimento*, 2023. Disponível em: <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/download/2431/2180/6865>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SILVA, R. T. B. **A Educação Ambiental Freiriana na concretização do consumo sustentável**. *Educação e Realidade*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JZtTMNY6tW3Xf8FkN4PZXjg/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

THIEMANN, Fabiane T.; LIMA, Rosane P.; MORAES, Eliane S. **Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: tendências, desafios e perspectivas**. *Revista Environmental Education Research*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 213-228, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504622.2018.1536927>. Acesso em: 15 out. 2025.